



PLAYBANCO SECURITIZADORA S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2021

com o Relatório dos Auditores Independentes

INDICE

Relatório da Administração/Comentários do Desempenho

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimoniais

Demonstração do Resultado

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Relatório de Administração/Comentários do Desempenho - Playbanco Securitizadora S.A.

Aos Acionistas

A administração da Playbanco Securitizadora S.A. em atendimento as disposições legais pertinentes apresentamos o relatório de Administração e as demonstrações financeiras da Companhia em 2020, acompanhada do relatório dos auditores independentes, e informar que a documentação relativa as contas foram apresentadas e estão à disposição dos acionistas a quem a diretoria terá o prazer de apresentar os documentos necessários.

A Companhia, foi constituída em 11 de novembro de 2020 e até 31 de março de 2021 ainda se encontra em fase pré-operacional, na qual está realizando estudo e projetos, em processo de negociação em um primeiro momento o nosso projeto de negócio é o de operar com o volume de operações nos montantes de 30 a 100 milhões, e acreditamos que neste ano teremos uma demanda promissora.

Audidores Independentes

Nos termos da instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia contratou a Simionato Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras. Ainda de acordo com a instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia não contraiu outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras que não sejam relativos a trabalhos de auditoria.

São Caetano do Sul, 12 de maio de 2021.



Maxwell Medeiros Fernandes



Ana Cristina Meneses Ramos Soares

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ilmos. Srs.
Acionistas e Administradores
PLAYBANCO SECURITIZADORA S.A.
São Caetano – SP

INTRODUÇÃO

Revisamos as informações financeiras intermediárias, da Playbanco Securitizadora S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – Pré-operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia foi constituída em 11 de novembro de 2020 e encontra-se em fase pré-operacional. Até que a Companhia inicie as suas atividades e passe a gerar recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas operações, a Companhia depende substancialmente do suporte financeiro de seu acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Riscos inerentes as Securitizadoras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, as Securitizadoras de Créditos estão expostas a diversos riscos que são inerentes as suas atividades.

Tais riscos conforme mencionados nesta nota, são os relativos aos riscos de Crédito, riscos de taxas de juros e risco de estrutura de capital.

No entanto devido a Companhia estar em período pré-operacional, esses riscos são considerados baixos. A Companhia declara que os fatores de riscos serão avaliados e consequente mitigados apoiado nos controles internos destinados a cobertura destes riscos.

Ênfase – COVID -19

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, referente ao assunto COVID-19, sobre os eventuais impactos do surto de coronavírus (COVID-19). Sobre esse assunto, cabe salientar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou oficialmente de que o COVID-19 é uma emergência de saúde.

Tendo em vista que a companhia ainda se encontra em fase pré-operacional diversas questões relacionadas a pandemia podem eventualmente afetar as suas atividades.

Diante do novo cenário para a economia mundial e para o Brasil, com as incertezas relacionadas à pandemia do COVID-19, algumas circunstâncias se refletirão somente nas demonstrações financeiras subsequentes.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 11 de novembro de 2020 (constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Comparabilidade das demonstrações financeiras

Em virtude da companhia ter sido constituída em 11 de novembro de 2020 não é possível a comparabilidade dos trimestres.

São Paulo, 13 de maio de 2021.



Hailton Simionato
CRC-SP nº 1SP137721/O-8
SIMIONATO Auditores Independentes
CRC -2SP017483/O-1

Playbanco Securitizadora S.A
Balancos patrimoniais

Em reais, exceto se indicado de outra forma

Descrição	31/03/21	31/12/20
ATIVO		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	1.045	-
Outros Créditos (nota 5)	-	10.000
Total Ativo Circulante	1.045	10.000
TOTAL DO ATIVO	1.045	10.000
Descrição	31/03/21	31/12/20
PASSIVO		
Fornecedores	8.693	-
Empréstimo do Sócio (nota 6)	17.255	-
Obrigações Tributárias (nota7)	1.002	-
Total Passivo Circulante	26.950	-
Não circulante		
Outras Obrigações de Longo Prazo (nota 8)	-	575
Total do Passivo não Circulante	-	575
Patrimônio Líquido (nota 9)	(25.905)	9.425
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.045	10.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Playbanco Securitizadora S.A

Demonstração do Resultado

Período findo em 31 de março

Em reais, exceto se indicado de outra forma

Descrição	2021
DESPESAS OPERACIONAIS	
Despesas Administrativas e Gerais (nota 10)	(35.330)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(35.330)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Playbanco Securitizadora S.A

Demonstração de Resultados Abrangentes

Período findo em 31 de março

Em reais, exceto se indicado de outra forma

Descrição	2021
Prejuízo do exercício	(35.330)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado Abrangente do Período	(35.330)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Playbanco Securitizadora S.A

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Período de 31 de março de 2020

Em reais, exceto se indicado de outra forma

Descrição	Capital social integralizado	Prejuízo do exercício	Total
Em 11 de novembro de 2020 (data de constituição)	-	-	-
Integralização de capital	10.000		10.000
Prejuízo do período		(575)	(575)
Em 31 de dezembro de 2020	10.000	-	9.425
Prejuízo do período	-	(35.330)	(35.330)
Em 31 de março de 2021	10.000	(35.330)	(25.905)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Playbanco Securitizadora S.A

Demonstração do Fluxo de Caixa

Período findo em 31 de março

Em reais, exceto se indicado de outra forma

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>
(Prejuízo) do Exercício	<u>(35.330)</u>
Redução (Aumento) de ativos	
Outros Débitos	10.000
	<u>10.000</u>
Aumento (Redução) de passivos	
Obrigações de curto prazo - Fornecedores	8.693
Empréstimo dos Sócios	17.255
Obrigações tributárias	1.002
	<u>26.950</u>
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades Operacionais	<u>1.620</u>
Atividades de Financiamento	
Empréstimos	(575)
Integralização Capital	
Caixa Líquido consumido pelas Atividades de Financiamento	<u>(575)</u>
Aumento (Redução) das Disponibilidades durante o Exercício	<u>1.045</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa início do Exercício	-
Caixa e Equivalentes de Caixa final do Exercício	1.045
Aumento (Redução) das Disponibilidades durante o Exercício	<u>1.045</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Playbanco Securitizadora S.A

Demonstração do Valor Adicionado

Período findo em 31 de março

Em reais, exceto se indicado de outra forma

Descrição	2021
1. Receitas	-
Receitas operacionais	-
2. Insumos adquiridos de terceiros	(35.330)
Serviços de terceiros e outros	(35.330)
Valor adicionado líquido	(35.330)
Valor adicionado a distribuir	<u>(35.330)</u>
Distribuição do Valor Adicionado	<u>(35.330)</u>
Remuneração de capitais de próprios	(35.330)
Prejuízo do exercício	(35.330)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em reais, exceto se indicado de outra forma

1. Contexto Operacional

A Playbanco Securitizadora S.A com sede em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima, de capital aberto, e foi constituída, nos termos de Estatuto Social, como Companhia em 11 de novembro de 2020.

A companhia tem como objeto social as seguintes atividades: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; (ii) a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliário e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; (iii) a aquisição de quaisquer direitos de crédito ou direitos creditórios para fins de securitização, incluindo via a emissão de títulos e valores imobiliários lastreados em tais direitos de crédito ou direitos creditórios; (iv) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") e outros títulos e valores mobiliários lastreados em crédito imobiliário, direitos creditórios do agronegócio e/ou outros créditos ou direitos creditórios; e (v) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com as atividades de securitização mencionadas acima.

A companhia encontra-se em fase pré-operacional e atualmente a manutenção de suas operações dependem dos recursos dos acionistas controladores.

As operações da Securitizadora estão sujeitas a diversos fatores de riscos, tais como:

Riscos de Crédito – Decorre da Securitizadora sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições contábeis depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Riscos de taxas de juros e inflação – Decorre da possibilidade da Securitizadora sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco de estrutura de capital – Decorre da escolha entre o capital (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Securitizadora utiliza para financiar suas operações.

No entanto devido a Companhia estar em período pré-operacional, esses riscos são considerados baixos. A Companhia declara que os fatores de riscos serão avaliados subsequentemente quando do início das operações considerando os controles internos e dirigidos à mitigação destes riscos.

Riscos relacionados a COVID-19

Além dos riscos acima mencionados salienta-se os eventuais efeitos sobre as operações futuras em virtude dos efeitos da pandemia decorrentes do surto de coronavírus (COVID-19).

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais

espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

Seguindo as normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais, a Companhia também adotou uma política de home office para seus funcionários, os quais em sua grande maioria, na data deste Formulário de Referência, ainda operam de forma remota. Essa política pode afetar negativamente a produtividade e causar outras interrupções nos negócios da Companhia. Não é possível prever as consequências que isso poderia gerar, nem se a Companhia poderá ser obrigada a adotar medidas adicionais em razão da mencionada pandemia.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) redução no nível de atividade econômica, (ii) desvalorização cambial, (iii) diminuição da liquidez disponível no mercado internacional e/ou brasileiro, e (v) atrasos em processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, sobretudo aqueles que não são eletrônicos.

A Companhia acredita, ainda, que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

2. Base para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Autorização

A autorização para a conclusão e a apresentação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração 12 de maio de 2021.

2.2 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conforme previsto na Lei nº 9.514/97, as companhias securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter a contabilidade individualizada por projeto. Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de março de 2021, incluem os saldos relativos à Playbanco Securitizadora S/A.

2.3 Base de mensuração

As informações das demonstrações financeiras foram preparadas substancialmente com base no custo histórico e custo amortizado, exceto quando mencionado especificamente em outras notas explicativas.



2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Securitizadora.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras foi preparada de acordo com as normas do CPC, as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas, quando necessário, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no próprio período em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

3.1. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 (doze) meses após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.2. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil. Em 2021, não houve a apuração de qualquer tipo de receita operacional. Os custos e despesas da Companhia foram incluídas na apuração do resultado no período em que ocorreram de acordo com o regime de competência.



3.4. Imposto de Renda e Contribuição Social sob o lucro

O imposto de renda e a contribuição social serão calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10%), e a contribuição social pela alíquota de 9%, quando da existência de lucros tributáveis. A Companhia está sujeita a tributação de lucro real.

3.5. Distribuição de dividendos

O Estatuto estabelece os dividendos mínimos obrigatórios são de 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com os termos previstos no art. 202 da Lei nº 6.404/76, não houve distribuição de dividendos.

4. Banco

A conta Banco é representada, principalmente, por conta corrente mantida em instituição financeira nacional do Banco do Brasil S/A e, em 31 de março de 2021 o saldo é de R\$ 1.045 (em 31 de dezembro de 2020 o saldo zero).

5. Outros créditos – Valores custodiados junto ao Banco do Brasil

O valor se constitui substancialmente pelos valores aportados pelos acionistas, referentes ao capital social da Companhia que se encontravam custodiados no Banco do Brasil e, em 26/02/2021 o valor de R\$ 10.000 foi transferido para conta corrente da Companhia.

6. Empréstimo do Sócio

O saldo no montante de R\$ 17.255 compõe-se substancialmente por valores aportados pelo acionista controlador, para o pagamento de despesas operacionais.

7. Obrigações Tributárias

	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
IRRF a recolher	244	-
Pis, Cofins e CSLL a recolher	758	-
	<u>1.002</u>	-

8. Obrigações de Longo Prazo

Em 31/12/2020 o valor do empréstimo do sócio era de R\$ 575, transferido para o Passivo Circulante.

9. Patrimônio Líquido

O capital social da Companhia é de R\$ 10.000 (dez mil reais), dividido em 10 (dez) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi no valor de R\$ 1.000 (mil reais).



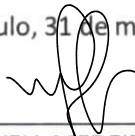
10. Despesas Gerais

	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Serviços prestados por Pessoa Jurídica	15.073	202
Assistência Contábil	9.100	-
Assessoria Jurídica e Tributária	10.655	-
Despesas legais	442	-
Despesas Bancárias	60	-
	<u>35.330</u>	<u>202</u>

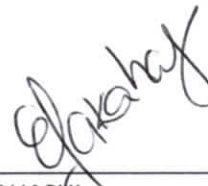
11. Eventos subsequentes

A administração da Companhia revisou até 31 de março de 2021, e declara não ter o conhecimento de nenhum fato relevante que tenha algum efeito relevante sobre as demonstrações contábeis findas em 31 de março de 2021.

São Paulo, 31 de março de 2021.



MAXWELL MEDEIROS FERNANDES
PRESIDENTE
CPF: 192.516.428-42



ERIKA TAKAHASHI
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP222.898/O-5
CPF: 141.950.188-70